

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ADAUTO HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA

EFEITOS DA TAXA DE JUROS NO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NO BRASIL

UBERLÂNDIA – MG
FEVEREIRO DE 2026

ADAUTO HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA

**EFEITOS DA TAXA DE JUROS NO DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NO BRASIL**

Artigo Acadêmico apresentado a Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia – FACIC/UFU, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Neirilaine Silva de Almeida

UBERLÂNDIA – MG

FEVEREIRO DE 2026

RESUMO

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na economia, pois atuam como intermediárias na alocação de recursos entre agentes superavitários e deficitários. Nesse cenário, é relevante compreender os fatores que afetam o desempenho econômico das instituições financeiras, sejam elas físicas ou digitais. Sendo assim, o presente trabalho analisa os efeitos da taxa de juros sobre o desempenho econômico das instituições financeiras brasileiras, considerando diferenças estruturais entre bancos tradicionais e digitais. A pesquisa, de natureza descritiva, quantitativa e documental, utiliza dados de oito instituições financeiras no período de 2021 a 2024, examinando variáveis como ROE, Índice de Basileia, Endividamento, Porte e Depósitos/Ativo, além da taxa SELIC. Os resultados demonstram que, embora a taxa de juros seja um instrumento central da política monetária, não apresentou impacto estatisticamente significativo sobre a rentabilidade das instituições analisadas. Em contrapartida, variáveis internas mostraram-se mais relevantes para explicar o desempenho financeiro. O estudo contribui para a literatura ao incluir instituições digitais, ainda pouco exploradas em pesquisas sobre política monetária e desempenho bancário.

Palavras-chave: Taxa de Juros. Desempenho Bancário. Fintechs. Instituições Financeiras.

ABSTRACT

Financial institutions play a fundamental role in the economy, as they act as intermediaries in the allocation of resources between surplus and deficit agents. In this context, it is important to understand the factors that affect the economic performance of financial institutions, whether physical or digital. Therefore, this study analyzes the effects of interest rates on the economic performance of Brazilian financial institutions, considering structural differences between traditional and digital banks. The research, of a descriptive, quantitative, and documentary nature, uses data from eight financial institutions from 2021 to 2024, examining variables such as ROE, Basel Index, Leverage, Size, and Deposits/Assets, in addition to the SELIC rate. The results indicate that although interest rates are a key monetary policy instrument, they did not show a statistically significant impact on profitability. Conversely, internal institutional variables were more relevant in explaining financial performance. This study contributes to the literature by including digital institutions, which remain underexplored in discussions on monetary policy and banking performance.

Keywords: *Interest Rate. Banking Performance. Fintechs. Financial Institutions.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. REFERENCIAL TEÓRICO	3
2.1. O papel das instituições financeiras na economia	3
2.2. Taxa de juros: definição e efeitos macroeconômicos	5
2.3. Taxa de juros e desempenho bancário	6
2.4. Fintechs e bancos digitais: características e expansão.....	7
2.5. Estudos anteriores e desenvolvimento de hipótese.....	8
3. METODOLOGIA	9
4. ANÁLISE DOS DADOS	11
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	17

1. INTRODUÇÃO

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na economia, pois atuam como intermediárias na alocação de recursos entre agentes superavitários e deficitários (Freixas; Rochet, 2008). Ademais, são responsáveis pela operacionalização do sistema de pagamentos, garantindo a fluidez das transações financeiras (Pinto, 2010).

Nesse âmbito, além dos desafios operacionais, destaca-se que o setor financeiro tem passado por significativas mudanças, principalmente, em função da revolução tecnológica, que permitiu o surgimento de novas instituições, tais como as fintechs, que desafiam o modelo bancário tradicional (Castells, 2005).

Beck, Demirguc-Kunt e Levine (2003) argumentam que o aumento do nível de concorrência pode afetar diretamente a rentabilidade bancária, o que realça a importância da análise dos fatores que afetam o desempenho econômico das entidades financeiras. Em um cenário global, estudos, como o de Nguyen, Tran e Ho (2021), indicam que a entrada das fintechs no mercado de crédito pode reduzir a rentabilidade dos bancos tradicionais. Por outro lado, Stulz (2022) indica que as regulamentações impostas aos bancos tradicionais criam barreiras de entrada para novos concorrentes, influenciando diretamente sua competitividade e desempenho econômico.

O cenário desafiador do setor financeiro indica que é necessário avaliar os fatores que afetam o desempenho econômico das instituições financeiras, sejam elas físicas ou digitais. Nesse âmbito, alguns estudos anteriores sugerem que a rentabilidade bancária é influenciada por diversas variáveis macroeconômicas, dentre elas a taxa de juros e o ciclo de crédito (Primo *et al.*, 2013). Contudo, ainda não há consenso sobre o impacto dos juros de longo prazo na rentabilidade bancária no Brasil, conforme demonstrado por pesquisas que indicam sua baixa significância estatística (Arellano; Bover, 1995; Blundell; Bond, 1998).

Ademais, apesar de a taxa de juros ter o potencial para influenciar o desempenho das instituições financeiras, impactando diretamente a sua rentabilidade e sustentabilidade, a literatura existente se concentra, na maior parte das vezes, no estudo do desempenho das grandes instituições financeiras listadas em bolsas de valores, negligenciando as instituições financeiras digitais e menores, que representam uma parcela crescente do mercado. Esse cenário é, no mínimo, instigante visto que, segundo Freitas (2024), 62% dos brasileiros optam por bancos digitais devido

à praticidade, o que evidencia a transformação do setor e a necessidade de estudos mais específicos sobre esse segmento.

Diante do exposto, percebe-se uma lacuna para a realização de pesquisas que avaliem como as instituições financeiras digitais, que operam em um ambiente dinâmico, são afetadas por mudanças nas condições macroeconômicas. Assim, a problemática desta pesquisa se dá na necessidade de compreender como a taxa de juros afeta a performance das instituições financeiras, especialmente as digitais, que operam sob uma dinâmica distinta das instituições tradicionais.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é identificar os impactos da taxa de juros no desempenho econômico das instituições financeiras brasileiras, considerando diferenças estruturais entre bancos tradicionais e digitais. De modo específico, pretende-se avaliar se os efeitos das taxas de juros podem ser distintos em função: a) do endividamento; b) do porte; e c) da Basiléia.

A justificativa para a realização desta pesquisa está na necessidade de preencher uma lacuna acadêmica relevante. Estudos como o de Stulz (2022) e Cornelli *et al.* (2020) reconhecem que as fintechs não têm sido amplamente analisadas no que tange à sua relação com variáveis macroeconômicas, apesar de seu crescimento expressivo. Ademais, a ausência de proteção do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) em algumas dessas instituições torna essa análise ainda mais relevante para o investidor de renda fixa, que busca informações para a tomada de decisão segura.

O estudo das taxas de juros revela-se fundamental para compreender o desempenho das instituições financeiras no contexto contemporâneo, especialmente diante das transformações tecnológicas e do avanço dos bancos digitais. As taxas de juros constituem uma das principais variáveis macroeconômicas que afetam diretamente a rentabilidade, a oferta de crédito e o comportamento dos agentes financeiros, influenciando não apenas o custo de captação e empréstimos, mas também a estabilidade do sistema bancário como um todo (Athanasoglou; Brissimis; Delis, 2008).

Diferentemente de outras variáveis macroeconômicas, os juros exercem impacto significativo sobre a intermediação financeira, atividade central dos bancos, que consiste em captar recursos de agentes superavitários e direcioná-los aos agentes deficitários (Freixas; Rochet, 2008; Aspal; Dhawan; Nazneen, 2019). Além disso, o comportamento das taxas de juros está relacionado à eficiência econômica e ao crescimento, uma vez que orienta decisões de investimento, consumo e alocação de capital (Seven; Yetkiner, 2016; Pinto, 2010). No cenário brasileiro, variações nos juros têm provocado oscilações relevantes no lucro, na inadimplência e nos indicadores de

desempenho bancário, evidenciando uma sensibilidade do setor a esse parâmetro, especialmente em períodos de instabilidade econômica (Capelletto, 2006; BACEN, 2017).

A relação entre taxa de juros e desempenho bancário não é, contudo, linear ou unânime na literatura. Enquanto alguns estudos apontam uma relação direta entre juros mais altos e maior rentabilidade, especialmente em contextos de margens financeiras elevadas, outros sugerem que juros excessivos podem reduzir o volume de crédito, aumentar a inadimplência e, conseqüentemente, afetar negativamente os lucros dos bancos (Athanasoglou; Brissimis; Delis, 2008). Essa divergência se agrava em contextos de crise econômica, nos quais a política monetária contracionista pode acentuar a vulnerabilidade das instituições financeiras.

Espera-se que os resultados obtidos possam fornecer informações relevantes. Para investidores, esse entendimento permite avaliar com maior precisão o risco e o retorno associados a debêntures, Certificado de Depósito Bancário (CDB) sem garantia do FGC e outros instrumentos de renda fixa emitidos por essas instituições, auxiliando na tomada de decisões mais seguras e informadas. Para analistas e consultores financeiros, os achados oferecem subsídios para aperfeiçoar modelos de avaliação de crédito, precificação e gestão de carteira, incorporando a sensibilidade dessas instituições às oscilações da política monetária. Já para o meio acadêmico, o estudo contribui ao preencher uma lacuna existente na literatura, fornecendo evidências atualizadas sobre um setor ainda em transformação e estimulando novas pesquisas sobre dinâmicas econômicas e tecnológicas no sistema financeiro.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O papel das instituições financeiras na economia

Os bancos exercem uma função complexa que vai além da simples intermediação de recursos: eles assumem riscos, administram ativos e passivos, e operam sob rígidos regulamentos prudenciais, sendo fundamentais para o equilíbrio do sistema financeiro (Freixas; Rochet, 2008).

De acordo com Aspal, Dhawan e Nazneen (2019), os bancos, como parte central do sistema financeiro, funcionam como “injeção de combustível” na economia ao mobilizar recursos para atividades produtivas. Sua capacidade de canalizar a poupança para o investimento permite maior eficiência econômica e geração de riqueza. Essa perspectiva é reforçada por Pinto (2010), ao

destacar que os bancos são diferentes das demais indústrias, pois operacionalizam um sistema essencial à estabilidade macroeconômica. Ainda segundo o autor, além da função de intermediação, os bancos garantem o funcionamento do sistema de pagamentos, cuja falha ou paralisação poderia causar impactos drásticos sobre o comércio e a vida econômica de um país.

Nesse sentido, a solidez do setor bancário é considerada uma condição indispensável para o crescimento sustentável de qualquer nação (Levine, 1997). A literatura reconhece que a eficiência da intermediação financeira tem potencial para contribuir positivamente com o crescimento econômico, ao passo que a insolvência de instituições financeiras pode gerar crises sistêmicas, com repercussões severas sobre a economia real (Athanasoglou; Brissimis; Delis, 2008).

Como apontam Seven e Yetkiner (2016), embora haja concordância sobre o papel do sistema financeiro na melhoria da alocação de capital e no estímulo à poupança, ainda não existe um consenso consolidado sobre os impactos de longo prazo das instituições financeiras sobre o crescimento econômico.

Apesar do amplo reconhecimento da importância das instituições financeiras, a literatura apresenta lacunas relevantes quanto à compreensão de como variáveis macroeconômicas, como a taxa de juros, afetam seu desempenho. Grande parte dos estudos se concentra em bancos tradicionais consolidados, listados em bolsas como a B3, ignorando as novas formas de instituições financeiras digitais que emergem a partir da revolução tecnológica no setor financeiro.

Segundo Primo *et al.* (2013), compreender os determinantes da rentabilidade bancária, especialmente frente às mudanças no cenário macroeconômico, é fundamental não apenas para os agentes que atuam no setor, mas também para os órgãos reguladores e formuladores de políticas públicas. Isso porque a estabilidade do sistema financeiro depende diretamente da capacidade das instituições de manter operações rentáveis e resilientes em ambientes de volatilidade econômica. Quando os reguladores entendem como variáveis como a taxa de juros afetam a rentabilidade, o risco de crédito e a oferta de recursos, conseguem calibrar com maior precisão instrumentos de política monetária e macroprudencial, ajustando exigências de capital, regras de provisionamento e mecanismos de supervisão prudencial. Esse entendimento permite antecipar vulnerabilidades sistêmicas, minimizar a probabilidade de crises e proteger a economia real dos efeitos negativos decorrentes de instabilidades no setor bancário.

Essa lacuna se acentua diante do avanço das fintechs e dos bancos digitais, os quais operam com estruturas de custos diferenciadas e novos modelos de negócio. Estudos como os de Cornelli

et al. (2020) e Nguyen, Tran e Ho (2021) revelam que, apesar do crescimento dessas instituições, há ainda pouca evidência empírica consolidada sobre seu papel na estabilidade financeira e sobre os fatores macroeconômicos que influenciam seu desempenho. Fung *et al.* (2020) reforçam essa ausência ao apontar que a maioria dos estudos foca em apenas um segmento das fintechs, sem considerar seu impacto global, tampouco o efeito de variáveis como a taxa de juros sobre seu desempenho econômico.

Diante desse cenário, torna-se relevante aprofundar a compreensão sobre a atuação das instituições financeiras digitais e a forma como elas reagem a variações da taxa de juros. Considerando a importância dessas instituições para a democratização do acesso ao crédito e à bancarização da população, compreender seu papel dentro do sistema financeiro é fundamental para avaliar sua sustentabilidade e seu potencial de crescimento em cenários econômicos diversos.

2.2. Taxa de juros: definição e efeitos macroeconômicos

A taxa de juros é um dos principais instrumentos da política monetária e uma variável central na análise do desempenho econômico das instituições financeiras. Em linhas gerais, pode ser compreendida como o custo do dinheiro no tempo, influenciando tanto o lado da oferta quanto da demanda de crédito. A taxa de juros afeta diretamente decisões de consumo, investimento, poupança e endividamento, sendo um importante transmissor da política econômica para o setor real da economia (Primo *et al.*, 2013).

No contexto financeiro, a taxa de juros influencia a rentabilidade das instituições financeiras por meio de sua atuação sobre o spread bancário, a margem financeira e o volume de operações de crédito. As variações nas taxas de juros afetam tanto a receita quanto os custos dessas instituições, impactando seus indicadores de desempenho como o Retorno sobre o Ativo (ROA), o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Valor Econômico Adicionado (EVA) (Arellano; Bover, 1995; Blundell; Bond, 1998). Além disso, os juros também afetam o apetite ao risco dos bancos e a inadimplência dos tomadores, o que pode comprometer a estabilidade financeira.

Além disso, a estrutura da taxa de juros, se de curto ou longo prazo, também possui implicações distintas sobre o setor bancário. Por exemplo, a Estrutura a Termo da Taxa de Juros IPCA Média Trimestral do Vértice de 10 anos, utilizada em estudos recentes, apresentou baixa significância estatística na explicação da rentabilidade bancária no Brasil, o que reforça a

necessidade de se investigar quais componentes da taxa de juros, de fato, influenciam o desempenho das instituições (Primo *et al.*, 2013).

Com a crescente digitalização do sistema financeiro, surge uma nova dimensão na análise do impacto da taxa de juros. Os bancos digitais e as *fintechs*, por operarem com estruturas menos robustas em termos de capital regulatório, e por vezes não estarem protegidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), podem apresentar maior sensibilidade às taxas de juros. Embora essas instituições tenham maior flexibilidade operacional, elas também estão mais expostas à volatilidade macroeconômica. Essa situação é agravada pela escassez de estudos específicos sobre como esses agentes reagem às flutuações da taxa de juros (Fung *et al.*, 2020; Cornelli *et al.*, 2020).

No campo regulatório, compreende-se que a manipulação da taxa básica de juros (Selic, no caso brasileiro) pelo Banco Central visa controlar a inflação e estabilizar a economia. Entretanto, seus efeitos colaterais sobre a concessão de crédito, os níveis de consumo e o investimento podem impactar profundamente a performance do setor financeiro como um todo. Como observam Capelletto (2006) e Levine (1997), uma política monetária mal calibrada pode provocar retração no Produto Interno Bruto (PIB), aumento da inadimplência e queda na rentabilidade dos bancos.

2.3. Taxa de juros e desempenho bancário

A relação entre a taxa de juros e o desempenho das instituições financeiras é objeto de amplo debate na literatura econômica e financeira. As variações na taxa de juros influenciam diretamente a rentabilidade bancária por meio de diversos canais, como a margem financeira, o volume de crédito concedido, os índices de inadimplência e os custos operacionais. A capacidade das instituições financeiras de adaptar suas estratégias às mudanças nos juros é, portanto, determinante para sua sustentabilidade e competitividade no mercado (Primo *et al.*, 2013).

O impacto da taxa de juros sobre os bancos se dá, principalmente, pela alteração no *spread* bancário, que se refere à diferença entre o que o banco paga para captar recursos e o que cobra ao emprestá-los. Quando as taxas de juros sobem, há um potencial aumento na rentabilidade das operações de crédito, desde que a inadimplência permaneça controlada. Por outro lado, juros elevados também podem desestimular o consumo e o investimento, reduzindo a demanda por crédito e elevando os riscos de calote (Athanasoglou; Brissimis; Delis, 2008). Assim, a taxa de

juros atua como uma variável ambígua, cujos efeitos sobre o desempenho bancário dependem da conjuntura econômica e da estrutura interna das instituições.

A instabilidade macroeconômica, como a vivenciada no Brasil entre 2014 e 2017, evidenciou essa dinâmica. Durante esse período, marcado por aumento da inflação, alta nos juros, retração do consumo e fuga de capitais, observou-se uma queda acentuada na rentabilidade das instituições financeiras, aumento da inadimplência e impacto negativo sobre os lucros de empresas em geral (Focus, 2017). Capelletto (2006) alerta que a volatilidade nos índices de retorno sobre o patrimônio líquido é indicativo da sensibilidade do setor financeiro às crises econômicas, o que exige das instituições maior robustez e capacidade de adaptação.

No caso das instituições digitais, essa relação pode ser ainda mais complexa. Por operarem com estruturas mais enxutas, menos protegidas por mecanismos como o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e expostas a um ambiente competitivo e regulatório em constante transformação, essas organizações podem apresentar comportamentos diferenciados diante das oscilações das taxas de juros. Estudos como o de Nguyen, Tran e Ho (2021) sugerem que a entrada das *fintechs* no mercado contribui para a redução da rentabilidade dos bancos tradicionais, ainda que favoreça a estabilidade geral do setor financeiro. Stulz (2022), por sua vez, argumenta que as exigências regulatórias, embora elevem a rentabilidade dos bancos mais consolidados ao criar barreiras de entrada, também restringem seu crescimento frente às novas organizações digitais.

A literatura mostra, no entanto, que ainda há carência de investigações empíricas sobre a forma como *fintechs* e bancos digitais respondem às variações da taxa de juros. Cornelli *et al.* (2020) apontam que essa lacuna é ainda mais evidente em países em desenvolvimento, onde os dados são menos padronizados e comparáveis. Fung *et al.* (2020) reforçam essa constatação ao afirmar que há escassez de estudos que analisem de forma global a influência do crédito oriundo de *fintechs* sobre a estabilidade e a performance bancária.

2.4. Fintechs e bancos digitais: características e expansão

A digitalização do setor financeiro tem promovido transformações profundas na estrutura dos serviços bancários, permitindo o surgimento de novos modelos de negócio como os bancos digitais e as *fintechs*. Estas instituições financeiras nativas digitais passaram a oferecer serviços bancários acessíveis, personalizados e com menor custo, por meio de plataformas tecnológicas

inovadoras, redefinindo as expectativas dos consumidores e aumentando a competitividade do setor (Christensen; Raynor; McDonald, 2020; Tapscott; Williams, 2016).

O ambiente digital ampliou a liberdade dos clientes ao permitir que transações bancárias, pagamentos e investimentos pudessem ser realizados a qualquer hora e lugar, utilizando apenas dispositivos móveis (Rolli, 2018). Essa conveniência fez com que 62% dos brasileiros passassem a preferir bancos digitais (FREITAS, 2024). Em resposta a essa evolução, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) adaptou-se por meio da modernização normativa, visando garantir a segurança jurídica e o funcionamento eficiente dessas instituições (Nogueira Neto; Araujo, 2020).

A competição gerada pelas *fintechs* incentivou bancos tradicionais a incorporarem soluções tecnológicas disruptivas e a acelerarem sua transformação digital (BACEN, 2020). Essas startups, por atuarem em segmentos variados como crédito, investimentos e pagamentos, contribuem com eficiência, agilidade e inclusão financeira (Darden; Dixit; Mason, 2018; Arslanian, 2020). Além disso, a atuação das *big techs*, com uso intensivo de dados e foco em experiência do cliente, tem ampliado ainda mais a oferta de serviços financeiros digitais (Frost *et al.*, 2020; Stulz, 2022).

Contudo, apesar do crescimento acelerado dessas instituições, ainda há escassez de estudos que avaliem seus desempenhos frente a variáveis macroeconômicas. Segundo Cornelli *et al.* (2020), essa lacuna é agravada pela dificuldade de acesso a dados padronizados e comparáveis entre países. Fung *et al.* (2020) reforçam que a maioria dos estudos foca apenas em um setor específico das *fintechs*, negligenciando análises amplas sobre sua influência no sistema financeiro.

2.5. Estudos anteriores e desenvolvimento de hipótese

Apesar de estudos apontarem os efeitos da taxa de juros sobre o desempenho das instituições financeiras tradicionais (Athanasoglou; Brissimis; Delis, 2008; Primo *et al.*, 2013), nota-se a carência de estudos dedicados ao impacto dessa variável sobre *fintechs* e bancos digitais. A maioria das pesquisas concentra-se em instituições consolidadas e listadas na B3, ignorando os novos modelos operacionais das instituições digitais, que apresentam estruturas de capital, níveis de regulação e mecanismos de proteção distintos (Nguyen; Tran; Ho, 2021; Stulz, 2022).

Cornelli *et al.* (2020) destacam que os dados sobre *fintechs* são, frequentemente, escassos, não padronizados e difíceis de comparar, especialmente em países em desenvolvimento. Fung *et al.* (2020) reforçam essa lacuna, apontando que a maioria dos estudos sobre *fintechs* se limita a um

único setor, sem considerar a influência macroeconômica global. A ausência de investigações sistemáticas sobre como a variação da taxa de juros afeta as instituições digitais representa um espaço de pesquisa a ser explorado, com implicações práticas para formuladores de política monetária, investidores e reguladores.

A relevância dessa lacuna é ampliada pelo crescimento das *fintechs* no Brasil, onde houve necessidade de modernização regulatória para garantir a segurança jurídica das operações digitais (Nogueira Neto; Araújo, 2020). Considerando que essas instituições operam frequentemente sem a proteção do FGC e com foco em crédito e investimentos via plataformas digitais, torna-se essencial compreender sua sensibilidade a cenários de juros elevados ou reduzidos.

Com base nos fundamentos teóricos, propõe-se neste estudo uma hipótese geral, que busca investigar a relação entre a taxa de juros e o desempenho econômico das instituições financeiras digitais, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade regulatória e ausência de garantias como o FGC. Assim, a hipótese é exposta na sequência:

H₁: As variações na taxa de juros afetam o desempenho econômico das instituições financeiras.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é descritiva, com abordagem quantitativa, realizada por meio de uma pesquisa documental. A pesquisa é descritiva, pois busca descrever a possível associação entre a taxa SELIC e o desempenho das instituições financeiras brasileiras. É quantitativa, uma vez que utiliza indicadores numéricos e modelos estatísticos para examinar tais relações, e documental, por se basear exclusivamente em bases de dados formais e relatórios financeiros.

A amostra desta pesquisa é composta por oito instituições financeiras, selecionadas de forma intencional para representar dois modelos distintos de atuação no mercado bancário brasileiro: bancos tradicionais e bancos digitais. Foram incluídos quatro bancos físicos de grande porte: Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Itaú Unibanco. Esses bancos foram escolhidos em função de sua relevância no Sistema Financeiro Nacional e por serem instituições consolidadas, amplamente estudadas e sensíveis às condições macroeconômicas, como a taxa SELIC.

Complementarmente, foram selecionados quatro bancos de atuação digital ou estruturados sob modelos mais enxutos e tecnológicos: Banco Inter, Nubank (Nu Holdings), Banco Pan e Banco

Pine. Embora o Banco Pine e o Banco Pan sejam instituições tradicionais em termos de origem, ambos possuem porte menor e estratégias operacionais diferenciadas dos grandes conglomerados, alinhando-se ao grupo das instituições com estrutura mais leve e perfil competitivo semelhante ao das *fintechs*. A presença de bancos essencialmente digitais, como Inter e Nubank, reforça o potencial comparativo em relação às respostas às variações da taxa de juros.

A composição da amostra permite comparar a associação da taxa SELIC com o desempenho dos bancos físicos e digitais, considerando diferenças em porte, estrutura operacional, carteira de crédito e margens financeiras. Esse arranjo garante diversidade analítica e fornece uma visão mais completa dos efeitos da política monetária sobre o desempenho das instituições financeiras.

O período amostral compreende os anos de 2021 a 2024, abrangendo um ciclo completo de alta e queda da taxa SELIC no pós-pandemia. Esse intervalo foi escolhido para contemplar: o reestabelecimento econômico após os efeitos da COVID-19; o fortalecimento e expansão dos bancos digitais; e as movimentações significativas da taxa básica de juros no Brasil. Assim, esse período proporciona um ambiente adequado para analisar como oscilações monetárias impactam o desempenho financeiro das instituições.

Os dados utilizados no estudo são secundários, coletados por meio da Plataforma Economatica (indicadores financeiros e contábeis), do Banco Data (dados institucionais e históricos), do Banco Central (taxa SELIC ao final de cada ano) e dos *sites* oficiais das instituições financeiras, para complementação quando necessário.

As variáveis dependente, independente e de controle, utilizadas nesta pesquisa, são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis definidas

Variável	Nome	Definição
Dependente	ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Independente	SELIC	Taxa SELIC no final de cada ano
	Basiléia	Índice de adequação de capital
Controle	Endividamento	Razão entre o passivo total e o ativo total
	Porte	Logaritmo natural do ativo total no final de cada ano
	Depósitos/ativo	Razão entre os depósitos totais e o ativo total no final de cada ano
	Digital	Dummy em que foi atribuído 1 para os bancos digitais e 0 para os bancos físicos

Fonte: elaborada pelo autor (2026)

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, visando identificar padrões e distribuição das variáveis. Em seguida, aplicou-se o coeficiente de correlação de Spearman, adequado para amostras que não necessariamente seguem distribuição normal.

Posteriormente, estimou-se um modelo de regressão múltipla em dados em painel, utilizando erros-padrão robustos para mitigar problemas de heterocedasticidade e garantir maior confiabilidade aos resultados. O modelo utilizado é expresso na Equação 1:

$$ROE_{it} = \beta_1 Selic_{it} + \beta_2 Basileia_{it} + \beta_3 Endividamento_{it} + \beta_4 Porte_{it} + \beta_5 Dep./ativo_{it} + \beta_6 Digital_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

As análises buscaram verificar se a taxa SELIC está associada com o desempenho financeiro das instituições, representado pelo indicador ROE.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados tem como objetivo examinar o comportamento das variáveis incluídas no modelo econométrico, bem como identificar relações preliminares que possam explicar o desempenho das instituições financeiras diante das variações da taxa SELIC. A média das variáveis dependente, independentes e de controle, por ano, são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Média das variáveis por ano

	2021	2022	2023	2024
ROA	0,008	0,008	0,014	0,017
ROE	0,088	0,090	0,131	0,163
Selic	0,044	0,124	0,130	0,109
Índice de Basileia	0,201	0,171	0,164	0,151
Endividamento	0,107	0,097	0,104	0,109
Porte	26,267	26,406	26,554	26,732
Depósitos/Ativo	0,436	0,440	0,438	0,449

Fonte: elaborada pelo autor (2026)

A Tabela 1 evidencia a evolução anual dos principais indicadores das instituições financeiras analisadas. Observa-se que tanto o ROA quanto o ROE apresentam tendência de crescimento ao longo do período, sugerindo melhora gradual no desempenho bancário após o período mais crítico da pandemia de COVID-19. O ROA passa de 0,8% em 2021 para 1,7% em 2024, enquanto o ROE sobe de 8,8% para 16,3%, indicando maior retorno para os acionistas.

A taxa SELIC apresenta movimento cíclico, iniciando em 0,044 (4,4%) em 2021 e atingindo 0,130 (13%) em 2023, antes de recuar levemente em 2024. Esse comportamento está

alinhado ao ciclo monetário brasileiro, marcado por uma elevação agressiva dos juros para contenção inflacionária, seguida de redução gradual.

Já as variáveis de estrutura de capital também mostram estabilidade, especialmente Índice de Basileia e Endividamento, sugerindo que as instituições mantiveram níveis prudenciais de capital adequados durante todo o período. O indicador Porte apresenta leve crescimento, refletindo a expansão dos ativos totais ao longo dos anos. Por fim, o índice Depósitos/Ativo mantém-se estável, indicando consistência na capacidade de captação das instituições.

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo, permitindo compreender a sua distribuição e comportamento ao longo da amostra. De forma geral, observa-se que as variáveis apresentam níveis distintos de dispersão, refletindo características estruturais próprias das instituições financeiras analisadas.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis

	Média	Desvio-padrão	Coefficiente de variação	Mínimo	Mediana	Máximo
ROA	0,0117	0,0102	0,8762	-0,0146	0,0128	0,0423
ROE	0,1179	0,0821	0,6965	-0,0745	0,1316	0,2579
Selic	0,1018	0,0347	0,3410	0,0442	0,1164	0,1304
Índice de Basileia	0,1717	0,0563	0,3281	0,1370	0,1560	0,4430
Endividamento	0,1042	0,0447	0,0043	0,0347	0,1039	0,2155
Porte	26,4898	1,8642	0,0704	23,4487	27,0073	28,6799
Depósitos/Ativo	0,4409	0,0771	0,1750	0,3160	0,4373	0,5683

Fonte: elaborada pelo autor (2026)

No que se refere à rentabilidade, o ROA apresentou média de 1,17%, com valores variando entre -1,46% e 4,23%, indicando baixo retorno sobre os ativos e relativa estabilidade, visto o desvio-padrão reduzido. O ROE, por sua vez, apresentou média de 11,79%, variando entre -7,45% e 25,79%, o que revela maior dispersão e evidencia diferenças estruturais relevantes entre bancos tradicionais e digitais, especialmente em eficiência, escala e maturidade operacional (Tabela 2).

A taxa SELIC, principal variável macroeconômica da pesquisa, registrou média de 10,18%, oscilando entre 4,42% e 11,64%. Esses valores refletem o ciclo de política monetária recente, marcado inicialmente por aumento significativo da taxa para controle inflacionário e posterior redução gradual, cenário que impacta decisões de crédito, captação e rentabilidade bancária (Tabela 2).

Quanto à variável Índice de Basileia, a média foi de 17,17%, com mínimo de 13,70% e máximo de 44,30%, evidenciando ampla variação entre as instituições da amostra (Tabela 2).

Embora todas operem acima dos limites regulatórios, bancos tradicionais tendem a apresentar níveis mais elevados de capitalização, enquanto bancos digitais operam com estruturas mais enxutas. Essa diferença afeta diretamente o risco, a capacidade de expansão e a resiliência frente a choques macroeconômicos.

O Endividamento apresentou média de 10,42%, variando entre 3,47% e 21,55%, indicando diferenças nas estratégias de financiamento das instituições. Bancos digitais costumam operar com níveis menores de alavancagem, ao passo que bancos tradicionais apresentam estruturas de passivos mais complexas e diversificadas (Tabela 2).

A variável Porte, expressa pelo logaritmo natural do total de ativos, apresentou média de 26,49, com valores entre 23,44 e 28,67. Essa amplitude confirma a heterogeneidade da amostra, composta tanto por grandes conglomerados financeiros quanto por bancos digitais de menor escala, o que enriquece a análise comparativa sobre o impacto da SELIC (Tabela 2).

Por fim, o índice Depósitos/Ativo registrou média de 44,09%, variando entre 31,60% e 56,83%. Esse indicador evidencia que, em média, quase metade dos ativos das instituições é financiada por depósitos, o que tende a reduzir custos de captação e aumentar a estabilidade financeira. Bancos tradicionais, por possuírem maior capacidade de mobilização de depósitos, geralmente apresentam melhores indicadores nessa variável (Tabela 2).

A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação de *Spearman* entre as variáveis do estudo para o período de 2021 a 2024. A escolha dessa técnica é adequada para dados que não, necessariamente, seguem distribuição normal, permitindo identificar o sentido e a intensidade das associações entre os indicadores de desempenho e as características estruturais das instituições financeiras.

Tabela 3 - Correlação de *Spearman* - 2021 a 2024

	ROE	SELIC	Basiléia	Alavancagem	Porte	Depósitos/ativo	Digital
ROE	1						
SELIC	-0,0316	1					
Basiléia	-0,2356	0,1308	1				
Endividamento	0,4056**	-0,1700	-0,0554	1			
Porte	0,6125***	0,0751	-0,1146	0,0898	1		
Depósitos/ativo	-0,4735**	0,0356	0,0101	-0,3848**	-0,6026***	1	
Digital	-0,5450***	0	0,2731	-0,1519	-0,8577*	0,5629***	1

*** Correlação significativa a um nível de significância de 1%.

** Correlação significativa a um nível de significância de 5%.

Fonte: elaborada pelo autor (2026)

Destaca-se que a taxa SELIC não apresenta correlação significativa com o ROE ($-0,0316$), sugerindo que, de forma preliminar, as variações nos juros não se correlacionam, diretamente, ao retorno sobre o patrimônio líquido das instituições financeiras (Tabela 3).

Por outro lado, variáveis estruturais como Endividamento, Porte e Depósitos/Ativo apresentam média correlação com o desempenho bancário. O Endividamento ($0,4056$) e Porte ($0,6125$) possuem correlação positiva significativa com o ROE, indicando que bancos maiores e mais alavancados tendem a apresentar maior rentabilidade. Já Depósitos/Ativo se correlaciona negativamente com o desempenho ($-0,4785$), reforçando que instituições com maior base de captação possuem retornos menores.

A *dummy* Digital apresenta correlação negativa com o ROE ($-0,5450$), sinalizando que bancos digitais, em média, possuem rentabilidade menor do que bancos tradicionais, possivelmente devido ao estágio de crescimento acelerado e custos de expansão tecnológica.

A Tabela 4 apresenta os resultados da regressão com dados em painel estimada para investigar os determinantes do Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) das instituições financeiras analisadas entre 2021 e 2024. O modelo foi estimado com erros-padrão robustos, de modo a reduzir potenciais vieses decorrentes de heterocedasticidade e autocorrelação, proporcionando maior confiabilidade estatística aos coeficientes.

Tabela 4 - Regressão com dados em painel - 2021 a 2024

	Coeficientes	Erros padrões robustos	Estatística Z	p-valor
SELIC	0,0171	0,4150	0,0400	0,9670
Basiléia	-0,4442***	0,1060	-4,1900	0,0000
Endividamento	0,0117***	0,0040	2,7200	0,0070
Porte	0,0400**	0,0160	2,5800	0,0100
Depósitos/ativo	0,4489*	0,2600	1,7300	0,0840
Digital	0,0582*	0,0310	1,8800	0,0610
Constante	-1,2376**	0,6060	-2,0400	0,0410

*** significância de 1%; ** significância de 5%; * Significativa a um nível de significância de 1%.

Fonte: elaborada pelo autor (2026)

Inicialmente, observa-se que a variável SELIC apresenta coeficiente positivo ($0,0171$), porém estatisticamente não significativo. Esse resultado indica que, para o período analisado, as variações da taxa básica de juros não exerceram impacto relevante sobre a rentabilidade das instituições financeiras da amostra. Tal achado é consistente com os resultados obtidos na matriz

de correlação, reforçando que, no curto prazo, a taxa de juros não se comportou como um determinante central do desempenho bancário. Sendo assim, não foi possível confirmar a H₁.

No que se refere às variáveis internas das instituições, o Índice de Basileia apresenta coeficiente negativo e significativo ($-0,4442$), sugerindo que bancos com maiores níveis de capitalização tendem a registrar menor rentabilidade. Esse resultado pode ser interpretado sob duas perspectivas complementares. Do ponto de vista teórico, Athanasoglou, Brissimis e Delis (2008) destacam que níveis mais elevados de capital próprio aumentam a estabilidade das instituições, mas reduzem sua alavancagem financeira, limitando o potencial de ampliação do retorno sobre o patrimônio.

De maneira semelhante, Primo *et al.* (2013) argumentam que estruturas mais conservadoras tendem a priorizar solidez e adequação regulatória em detrimento da maximização de lucros no curto prazo. Sob a ótica regulatória, Stulz (2022) ressalta que exigências prudenciais mais rigorosas reduzem o risco sistêmico, porém impõem restrições ao crescimento e à expansão da carteira de crédito. Do ponto de vista prático, bancos com maior índice de Basileia tendem a operar com menor exposição ao risco e menor grau de endividamento, o que pode resultar em *spreads* mais moderados e menor agressividade na concessão de crédito. Assim, embora a maior capitalização fortaleça a solidez institucional, ela pode reduzir o retorno sobre o patrimônio ao limitar a alavancagem e o volume de operações potencialmente mais rentáveis.

A variável Endividamento exibe coeficiente positivo e significativo ($0,0117$), indicando que bancos mais alavancados apresentam maior rentabilidade. Esse resultado reforça a interpretação de que estratégias mais agressivas de uso de capital de terceiros podem potencializar o ROE, sobretudo em instituições tradicionais.

O Porte das instituições também apresentou coeficiente positivo e estatisticamente significativo ($0,0400$), demonstrando que bancos maiores tendem a obter maior rentabilidade. Isso pode decorrer de economias de escala, maior diversificação de receitas e maior capacidade de diluição de custos fixos.

Por outro lado, a variável Depósitos/Ativo apresenta coeficiente positivo e significativo ($0,4489$), sugerindo que instituições com maior proporção de depósitos em relação ao ativo total tendem a apresentar maior ROE. Esse resultado contrasta com a correlação negativa observada na Tabela 3, evidenciando que, quando controladas as demais variáveis do modelo, os depósitos passam a contribuir positivamente para a rentabilidade.

Por fim, a variável Digital, responsável por diferenciar bancos físicos (0) e digitais (1), apresenta coeficiente positivo e marginalmente significativo (0,0582), sugerindo que, para o período analisado, as instituições digitais tenderam a apresentar níveis ligeiramente maiores de ROE em comparação aos bancos tradicionais. Esse achado é relevante, pois contrasta com parte da literatura, conforme sugerido por Nguyen, Tran e Ho (2021), que aponta para uma rentabilidade inferior em bancos digitais durante suas fases iniciais de expansão.

Em síntese, os resultados da regressão indicam que variáveis internas, como capitalização, endividamento, porte e estrutura de captação, exercem influência significativa sobre a rentabilidade das instituições financeiras. Em contraste, a taxa SELIC não demonstrou associação estatística com o ROE, sugerindo que, para a amostra e o período analisado, fatores microeconômicos e institucionais tiveram maior peso na determinação do desempenho financeiro dos bancos do que as condições macroeconômicas relacionadas à política monetária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que forma a taxa de juros influenciou o desempenho econômico de instituições financeiras brasileiras, considerando as diferenças estruturais entre bancos tradicionais e bancos digitais. Buscou-se compreender se a taxa SELIC, principal instrumento de política monetária no país, exerceu impacto significativo sobre a rentabilidade dessas instituições no período recente.

Para atender a esse propósito, foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva, quantitativa e documental. A amostra foi composta por oito bancos listados na B3, sendo quatro tradicionais (Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Itaú Unibanco) e quatro instituições digitais ou de menor porte e perfil inovador (Inter, Nubank, Banco Pan e Banco Pine). Os dados foram coletados para o período de 2021 a 2024, englobando o cenário pós-pandemia de COVID-19, e extraídos da plataforma Economatica e de demonstrativos financeiros oficiais.

Os resultados demonstraram que, apesar das elevadas taxas de juros no Brasil durante o período analisado, a variação da SELIC apresentou baixa variabilidade anual e não exibiu associação estatisticamente significativa com a rentabilidade dos bancos, o que não permitiu a confirmação de H_1 . Em contrapartida, fatores internos às instituições, tais como Índice de Basileia, Endividamento, Porte e Depósitos/Ativo, revelaram impactos mais relevantes sobre o ROE.

Observou-se ainda que bancos digitais apresentaram coeficiente positivo na regressão, sugerindo possível amadurecimento operacional no período pós-pandemia, o que contraria parte da literatura que aponta rentabilidade reduzida em fases iniciais de expansão dessas instituições. Esses achados reforçam que, para a amostra e o intervalo temporal analisados, a estrutura interna dos bancos se mostrou mais determinante para o desempenho financeiro do que a política monetária.

Os resultados obtidos podem ser úteis para diferentes agentes do mercado. Para analistas e investidores, por auxiliar na compreensão de quais variáveis, efetivamente, influenciam a rentabilidade bancária, o estudo auxilia na avaliação de risco e retorno, principalmente no caso de investimentos em renda fixa emitidos por instituições financeiras. Para reguladores e formuladores de políticas públicas, a constatação de que a taxa de juros não foi determinante para o desempenho recente das instituições pode apoiar reflexões sobre a eficácia dos instrumentos prudenciais e sobre a importância de monitorar indicadores estruturais dos bancos. Para o meio acadêmico, o estudo amplia as discussões sobre bancos digitais, segmento ainda pouco explorado em comparação com instituições tradicionais.

Por fim, destaca-se que a pesquisa apresenta limitações, como o curto período de análise, restrito ao pós-pandemia, e o tamanho reduzido da amostra, motivado pela quantidade de bancos digitais listados na B3. Sugere-se que estudos futuros ampliem o período analisado, incluam outras métricas de desempenho financeiro e operacional, explorem diferentes abordagens econométricas e considerem subdivisões entre tipos de instituições digitais. Investigações mais amplas poderão contribuir para um entendimento ainda mais robusto sobre os efeitos da política monetária e da transformação digital no setor bancário brasileiro.

REFERÊNCIAS

ARELLANO, Manuel; BOVER, Olympia. Another look at the instrumental variable estimation of error-components models. **Journal of econometrics**, v. 68, n. 1, p. 29-51, 1995. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/030440769401642D>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ARSLANIAN, H. **How FinTech is Shaping the Future of Banking**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pPkNt%20N8G7q8>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ASPAL, Parvesh Kumar; DHAWAN, Sanjeev; NAZNEEN, Afroze. Significance of bank specific and macroeconomic determinants on performance of Indian private sector banks. **International Journal of Economics and Financial Issues**, v. 9, n. 2, p. 168, 2019. Disponível em:

<<https://search.proquest.com/openview/c327c4c8e7982e04df84a156c241885e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=816338>>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ATHANASOGLU, Panayiotis P.; BRISSIMIS, Sophocles N.; DELIS, Matthaios D. Bank-specific, industry-specific and macroeconomic determinants of bank profitability. **Journal of international financial Markets, Institutions and Money**, v. 18, n. 2, p. 121-136, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042443106000473>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Fintechs de crédito e bancos digitais (Estudos Especiais do Banco Central)**. 2020b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE089_Fintechs_de_credito_e_bancos_digitais.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BALANCETES – BANCO CENTRAL. **Balancetes do Sistema Financeiro Nacional**. 2017. Disponível em: <www4.bcb.gov.br/fis/cosif/balancetes.asp>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BECK, T.; DEMIRGUC-KUNT, A.; LEVINE, R. **Bank Concentration and Crises**. Working Paper Series, n. 9921, 2003. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w9921>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BLUNDELL, Richard; BOND, Stephen. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. **Journal of econometrics**, v. 87, n. 1, p. 115-143, 1998. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304407698000098>>. Acesso em: 19 mar. 2025.

CAPELLETTO, L. R. **Mensuração do risco sistêmico no setor bancário com utilização de variáveis contábeis e econômicas**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-25112006-074910/en.php>>. Acesso em: 01 abr. 2025

CASTELLS, Manuel; ESPANHA, Rita. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2007. Disponível em: <<https://www.ensinonacional.com.br/to/curso/1337107407/p2.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

CHRISTENSEN, C. M.; RAYNOR, M. E.; MCDONALD, R. **O dilema da inovação: quando as novas tecnologias levam as empresas ao fracasso**. São Paulo: HSM Editora, 2020.

CORNELLI, G. *et al.* **Fintech and big tech credit: a new database**. BIS Working Papers, n. 887, 2020. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/bis/biswps/887.html>>. Acesso em: 22 mar. 2025.

DARDEN, K.; DIXIT, N.; MASON, T. **2018 US Fintech Market Report**. United States, 2018.

FOCUS. Banco Central do Brasil. **Relatório de Mercado**. 2017. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FREITAS, M. Bússola & Cia: 62% dos brasileiros escolhem bancos digitais pela praticidade. **Exame**, 03 jul. 2024. Disponível em: <<https://exame.com/bussola/bussola-cia-62-dos-brasileiros-escolhem-bancos-digitais-pela-praticidade/>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FREIXAS, Xavier; ROCHET, Jean-Charles. **Microeconomics of banking**. MIT press, 2008.

FROST, Jon *et al.* BigTech and the changing structure of financial intermediation. **Economic policy**, v. 34, n. 100, p. 761-799, 2020. Disponível em: <<https://academic.oup.com/economicpolicy/article-abstract/34/100/761/5709813>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

FUNG, Derrick WH *et al.* Friend or foe: The divergent effects of FinTech on financial stability. **Emerging Markets Review**, v. 45, p. 100727, 2020. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1566014120301072>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LEVINE, Ross. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of economic literature**, v. 35, n. 2, p. 688-726, 1997. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2729790>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

NGUYEN, Liem; TRAN, Son; HO, Tin. Fintech credit, bank regulations and bank performance: A cross-country analysis. **Asia-Pacific Journal of Business Administration**, v. 14, n. 4, p. 445-466, 2021. Disponível em: <<https://www.emerald.com/apjba/article/14/4/445/61519>>. Acesso em: 14 abr. 2025.

NOGUEIRA NETO, G. S.; ARAUJO, G. G. **Impacto das resoluções no contexto dos bancos digitais.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO (CBIE), 29., 2020. Anais [...]. p. 382-391, 2020.

PINTO, F. A. C. A. **Ensaio sobre regulação bancária e política antitruste.** Tese de Doutorado pela Fundação Getúlio Vargas. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/78281c08-ffc9-405b-9965-880a5228df10/content>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

PRIMO, Uverlan Rodrigues *et al.* Determinantes da rentabilidade bancária no Brasil. **Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS**, v. 10, n. 4, p. 308-323, 2013. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3372/337229732003/html/>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

ROLLI, C. Modernizar para avançar. **Revista Ciab FEBRABAN**, n. 73, 2018. Disponível em: <<https://d69wugzumdc3j.cloudfront.net/ciab-magazine-73.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SEVEN, Ünal; YETKINER, Hakan. Financial intermediation and economic growth: Does income matter?. **Economic Systems**, v. 40, n. 1, p. 39-58, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0939362516000042>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

STULZ, René M. Fintech, bigtech, and the future of banks. **Journal of applied corporate finance**, v. 31, n. 4, p. 86-97, 2022. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jacf.12378>>. Acesso em: 15 abr. 2025

TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. D. **Revolução Blockchain: como a tecnologia por trás do bitcoin está mudando o dinheiro, os negócios e o mundo.** São Paulo: Penguin, 2016.